



Associação Conquistas da Revolução

Nº 15 | SETEMBRO 2016

Folha Informativa

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

EDITORIAL

DESAFIOS A ENFRENTAR

Do Verão dos incêndios e de um vazio maior no interior do país, ficam problemas agravados que os trabalhadores e as populações têm de enfrentar. De uma vez por todas, entenda-se que a “descentralização” e a “desconcentração” do poder central para o poder local não podem significar a imposição de novas responsabilidades às autarquias, que não têm essas competências constitucionais nem estruturas e meios para enfrentarem situações mais pesadas nas áreas da educação e da saúde, por exemplo, quando já se debatem com dificuldades extremas em tantas frentes da sua responsabilidade.

É fácil acenar com mais poderes a autarcas que, às vezes, se deixam enlevar no que os vai enredar em mais e mais dificuldades. Os vazios do interior norte, centro e sul acentuam-se com a inexistência desse patamar essencial de poder e de desenvolvimento integrado que é a regionalização, para interligação dos poderes na resolução de atrasos e dificuldades. O que acontece nas áreas metropolitanas tem também a maior gravidade, no peso de responsabilidades e problemas conhecidos. A aposta em sectores de

03 | *As sanções da UE*

04 | *Valorizar o trabalho,
dignificar os trabalhadores*

06 | *Poder Local.
Reflexão de como aqui
chegamos, no 40º Aniversário
da Constituição de Abril*

08 | *Comunicação social, internet
e valores de Abril*

10 | *Assim vai o Mundo...*

12 | *Próximas Iniciativas*

criação de riqueza, de trabalho e de fixação das populações nos sítios a que pertencem continua a ser traída, e assim aumenta a emigração dos mais jovens e mesmo a ausência daqueles que tentam regressar da emigração, depois da reforma, e se vêem sem estruturas concelhias e regionais de saúde e em outras áreas, de melhores respostas a situações em que gostariam de ficar nas suas terras e sentem que nem os filhos e netos querem vir e estar por ali, pelo menos nas férias anuais.

Agora vêm aí novas propagandas e promessas de “descentralização”, de “desconcentração” e outras que tais, para amarrar o poder local a poderes e áreas de responsabilidade que o poder central pretende abandonar. Os meios financeiros dos orçamentos de Estado, e não só, deixariam ainda mais de convergir para esses sectores essenciais da vida nacio-

nal, regional e local, para servirem outros interesses e acudir, por exemplo, a mais golpes na banca e a indigências e incapacidades de empresários, “empreendedores” e afins, sempre à espreita de mais oportunidades para resolverem problemas e até ilegalidades que aprofundam.

A um ano de eleições autárquicas, no 40º aniversário das primeiras eleições para o poder local que é de Abril e significa uma das enormes conquistas dos trabalhadores e do povo português, convirá ter ideias claras e enfrentar as diversas situações e dificuldades com a perspectiva e a acção que se impõem, no interior e nas áreas metropolitanas, para haver mais participação, maior intervenção popular e criação de condições de regionalização, de democracia, de direitos e de desenvolvimento integrado e transformador em todo o país.

Modesto Navarro
Vogal da Direcção ACR



Associação Conquistas da Revolução

**O vosso contributo financeiro
é indispensável para a actividade
da Associação!**

PAGUE A SUA QUOTA!

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA
NIB 0035 2178 0002 9245 6304 6
ou DEPÓSITO
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
2178 0002 9245 630



As sanções da UE

O limite para o défice orçamental dos países que integram a UE é um valor igual a 3% do PIB. Esta regra decorrente do Tratado de Maastricht integra o Pacto de Estabilidade e Orçamento e o Tratado Orçamental.

Face ao défice de 3,2%, resultante do exercício de 2015, Portugal estaria em incumprimento, aparentando assim estarem tecnicamente justificadas as sanções que a UE nos pretendia aplicar.

A direita, hipocritamente, aparentava estar preocupada com a aplicação das sanções, quando na verdade o que pretendia era que estas ocorressem para poder falaciosamente proclamar que se estivesse no Governo, tal não sucederia. Após ao longo dos anos diversos países terem infringido este critério porquê agora tal afã em punir Portugal e Espanha, desencadeando mais uma arbitrariedade, não atendendo até à teoria do desenvolvimento desigual.

Não basta à UE a cumplicidade das agências de rating, para tentar descredibilizar o Governo, obrigando assim à subida dos produtos financeiros e desta forma forçando-o a pedir novos empréstimos, a juros leoninos insustentáveis, agravando a contradição da necessidade de desenvolvimento para permitir o pagamento da dívida, ou a um irrecuperável afundamento da economia.

Existe o receio que a Espanha siga o exemplo

de Portugal e encontre uma solução governativa à esquerda? Será uma variante da disputa pela hegemonia na Europa entre a França e a Alemanha, agora acrescida com a saída do Reino Unido? Ou será uma tentativa de demonstração de capacidade e competência face à ameaça que constituem as pressões despudoradas e imperiais dos EUA de fazer tombar a Europa? Passará agora por ameaçar limitar o nosso acesso aos fundos estruturais, a impor medidas de austeridade para mais nos empobrecer, reduzindo o investimento público e aumentando os impostos, obrigando-nos a vender os sectores económicos estratégicos que ainda vão restando nas áreas da saúde, águas e banca, por preços muito abaixo do seu real valor a interesses estrangeiros.

Já não somos o bom aluno, evocando fantasmas de 1974 e 1975, com um Governo que constitui uma ameaça por ter enveredado por uma via de recuperação dos direitos e rendimentos dos trabalhadores. Com os seus aliados internos, a UE tenta criar obstáculos à aprovação do Orçamento de Estado para 2017.

Teremos de ultrapassar estes obstáculos. Não devemos, contudo, fechar os olhos aos factos, ainda que por vezes seja necessário demonstrar coragem para nos elevarmos acima das dificuldades causadas por hipotéticas verdades dominantes.

Valorizar o trabalho, dignificar os trabalhadores

A valorização do trabalho e dos trabalhadores, a aplicação da justiça com critérios de igualdade para todos, o restabelecimento da confiança e o reforço das políticas sociais, são imprescindíveis para o desenvolvimento dos trabalhadores e do país.

Comemoramos 40 anos da Constituição da República Portuguesa. A democracia, a liberdade e a soberania são, entre outros, pilares constitutivos do Portugal de Abril. As eleições de Outubro passado permitiram traçar um novo quadro político, reforçar a democracia, renovar a esperança, inaugurar uma nova fase de entendimento e de compromisso em defesa dos trabalhadores, do povo e do futuro do país.

São visíveis as consequências da política de direita concretizada na anterior legislatura. Segundo dados do INE, 11% dos trabalhadores portugueses são pobres. É inaceitável que quem trabalha não consiga obter rendimentos que lhe confira uma vida digna nem à sua família. É inadmissível que haja aceitação das desigualdades, como se de algo natural se tratasse.

É tempo de concretizar a esperança e continuar a luta pela mudança, dando mais força às justas reivindicações dos trabalhadores.

Há que valorizar o que foi recuperado, o que foi positivo para os trabalhadores e suas famílias. Valorizamos as medidas que eliminaram os cortes nos salários e pensões, iniciaram a devolução da sobretaxa do IRS, repuseram os complementos de reforma dos aposentados do Metro e Carris; o aumento, ainda que escasso, do salário mínimo nacional; asseguraram o direito das mulheres à IVG sem pressões; restituíram os feriados subtraídos, colocando fim ao trabalho gratuito, de quatro dias por ano; reverteram a entrega da gestão das empresas públicas de transportes rodó e ferroviários a operadores privados; apoio extraordinário a desempregados de longa duração; foi assumida a defesa da escola pública de qualidade e inclusiva com manuais escolares gratuitos no 1º ano, com introdução de alargamento a outros anos; foram recuperadas as 35h de trabalho para a função pública que o Governo PSD-CDS tinha fixado nas 40h, pois embaratecer o trabalho e empobrecer o trabalhador era o seu objectivo.



Estamos numa nova fase, mas temos ainda um longo caminho a percorrer e, por isso, a luta não vai abrandar. Ela é a prioridade de todos os dias para continuarmos a defender, repor e a conquistar direitos.

Há necessidade de concretizar a fixação das 35h semanais para todos os trabalhadores, com a aplicação imediata aos trabalhadores da administração pública a quem não se aplicou, nomeadamente nos sectores da saúde e da função pública e, de forma progressiva, aos trabalhadores dos restantes sectores, sem redução salarial; a reposição de todos os direitos retirados; o aumento geral dos salários que se reper-

cute numa melhor distribuição da riqueza; o aumento do salário mínimo nacional; o fim do congelamento das progressões salariais e profissionais na administração pública; o fim do bloqueio na negociação da contratação colectiva, com a extinção da caducidade e a reintrodução do princípio do tratamento mais favorável, bem como a revogação das normas gravosas da legislação laboral, para os sectores público e privado; o combate ao flagelo da precariedade que contamina o mundo do trabalho, que instabiliza a vida das famílias pela insegurança que provoca e pelas consequências na estabilidade dos vínculos familiares.

Contamos com a força dos trabalhadores e, todos, levaremos o país a bom porto. Continuaremos a dar força à *Campanha Nacional Contra a Precariedade, pelo Emprego com Direitos* e pela afirmação da dignidade de quem trabalha.

Deolinda Machado
Dirigente da CGTP-IN



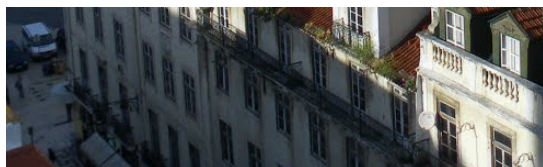
Poder Local. Reflexão de como aqui chegamos, no 40º Aniversário da Constituição de Abril

As autarquias de antes do 25 de Abril, regidas pelo Código Administrativo fascista de Marcelo Caetano, não correspondiam a qualquer tipo de poder local. Elas constituíam-se como meras correias de transmissão e de extensão do poder central. Os autarcas, de necessária e comprovada fidelidade ao governo fascista, eram escolhidos entre as classes possidentes, a burguesia terra-tenente e os seus mais diretos representantes ou assumidos lacaios.

O processo revolucionário que se seguiu à data de 25 de Abril colocou aos democratas portugueses, aos militares, às forças políticas de esquerda e ao movimento popular um vasto conjunto de tarefas: Ganhar o direito de manifestação, de reunião, de associação e de organização, inclusive de partidos políticos; Libertar os presos políticos e dismantelar a polícia política; Sanear os sindicatos e as autarquias fascistas; Combater a sabotagem económica e avançar com as nacionalizações e a Reforma Agrária; Exigir o fim da guerra colonial, o regresso dos soldados e impor o reconhecimento da independência das antigas colónias.

O parágrafo anterior pretende mostrar que o saneamento das autarquias fascistas foi apenas uma das tarefas na construção do

Estado democrático de que a Constituição de Abril é garante. Na criação do poder local, empenharam-se homens e mulheres, no geral com anterior militância antifascista. Vinham das campanhas da oposição democrática, das lutas dos trabalhadores, do movimento associativo, dos movimentos de jovens. Eram comunistas, socialistas, democratas sem Partido, católicos progressistas.



Foram estas mulheres e estes homens que, no geral sem experiência mas com enorme determinação, meteram mãos à obra de começar a dar resposta às inúmeras carências herdadas do fascismo. Este, mercê das injustas relações de produção e de distribuição da riqueza que impunha, da guerra e do terror policial, deixou todo um quadro de miséria, todo um quadro de vida carente de equipamentos, infraestruturas, habitação e serviços essenciais às populações.

Foi um período de profundas alterações,



Assim vai o Mundo...

Depois do Brexit, da cimeira da NATO em Varsóvia (8/9 de Julho), da ameaça de sanções a Portugal por um grupo de senhores (não eleitos) sentados em Bruxelas, depois dumas merecidas férias, o Mundo continua a caminhar: convivendo já (ou pior ainda) com os mais de 4.000 náufragos no Mediterrâneo desde o princípio do ano (que a nossa comunicação social não vê, ou não quer ver), com a mortandade que prossegue na Síria, no Iraque, na Líbia, no Afeganistão, na Palestina e em muitos outros lugares do planeta, aparentando não se dar conta de que caminha para uma quase certa nova confrontação mundial de consequências imprevisíveis.

Com o colapso da União Soviética, o desmantelamento do Pacto de Varsóvia

e o fim da Guerra Fria, tudo apontava no sentido dum reforço das teses desarmamentistas, na redução da ameaça nuclear, na construção dum Mundo de Paz.

Mas a realidade é mesmo outra, o bloco a oeste materializado na NATO, comandado pelos EUA, nascido para enfrentar a ameaça do avanço do comunismo, logo em 1949 (o Pacto de Varsóvia só aparece em 1955), não só não foi desmantelado como, aproveitando a vantagem do grande poder concentrado, sem adversário, tudo tem feito para alargar a sua zona de domínio a Leste e reforçar as suas posições por todo o planeta. Para aqueles que nunca acreditaram (ou não quiseram ver) que o verdadeiro motivo do gigante americano sempre foi a ocupação militar da Europa, engajando-a nas suas aspirações de domínio do Mundo, parece haver agora razões de sobra para reverem as suas posições, enquanto é tempo. Alguns terão mesmo começado já a fazê-lo.

Hoje, a Europa está efectivamente prisioneira dos interesses norte-americanos.

A pretexto do combate ao terrorismo, cujas organizações em muitos casos criou e financiou, e financia ainda, directamente ou por interposto Estado amigo, os EUA arrastaram os europeus para guerras mortíferas intermináveis: no

Iraque, Síria, Líbia, Afeganistão, e noutros países do Médio Oriente; mesmo na Europa, destruíram países para eliminar governos que não se submetiam aos seus interesses, e ameaçam agora a Federação Russa, com a criação da força militar de intervenção rápida e do chamado “escudo anti-míssil”. Neste cerco envolvendo forças da NATO, de forma efectiva ou só virtual, como é o caso, ao que sabemos das decisões da cimeira de Varsóvia, das guarnições dos sistemas anti-míssil, que serão americanas, mas que, para iludir os cidadãos europeus, terão comando local NATO, não fossem estes cidadãos pensar que se trata de uma ocupação militar “pura e dura”.



O aumento da comparticipação financeira nas despesas da NATO para 2% do PIB de cada país - que não terá logro aprovação,

desde logo pela recusa do Reino Unido a braços com as consequências do Brexit - insere-se também nesta estratégia.

Aqui há que denunciar sem contemplações a conjugação da visão militarista e hegemónica dos estrategas militares dum e do outro lado do Atlântico com os interesses do complexo militar-industrial norte-americano (a quem cabe a parte de leão) e europeu, com dois objectivos imediatos:

- Satisfazer os interesses da indústria do armamento com um peso elevado na economia norte-americana e de alguns Estados europeus;

- Obrigar a Federação Russa (e também a China) a aumentar os seus gastos militares, com medidas anti-populares.

Putin, foi já muito claro, não vai cair no engodo duma II Guerra Fria.

Difícil é descortinar as motivações para o fazer, tão difícil quanto o é para aceitar o seguidismo europeu em relação aos EUA, ao invés da afirmação como polo de poder independente e soberano.

José Baptista Alves
Vice-Presidente da Direcção da ACR





Associação Conquistas da Revolução

PRÓXIMA INICIATIVA:

| **29 SETEMBRO 2016 - 18h LISBOA Casa do Alentejo**

COLÓQUIO

MANIPULAÇÃO E CENSURA NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

A liberdade e a democracia estão mais longe da Comunicação Social de hoje?

Esta censura é menos ou mais complexa e destruidora do que a do fascismo? De onde vem? O que impossibilita e destrói a profissão e a vida dos trabalhadores do jornalismo, nos jornais, revistas, rádios e televisões?

A mediocridade, o medo e o silenciamento substituíram a coragem, a verticalidade e o direito à informação livre e transfiguradora que a Constituição da República proclama e o povo português necessita e exige?

Intervenções de

José David Lopes, José Goulão,
José Vítor Malheiros e Ribeiro Cardoso

Tantas perguntas, tantas respostas e esclarecimentos do que se passa são indispensáveis.

Vamos ouvir-nos. Porque todos temos experiências, análises, observações e silenciamentos a expor, a denunciar e a combater. Participe e exerça o seu direito a ter uma informação democrática e construtora de mais liberdade e perspectivas de futuro para todos.



ACTIVIDADES RECENTES:

| **16 JUNHO - 21h LISBOA**

Apresentação do espectáculo/peça de teatro "De AÇO e de SONHO", uma colaboração entre a ACR e o Teatro Extremo.

| **17 JUNHO - 21h SETÚBAL**

***Museu do Trabalho Michel Giacometti
Sessão Evocativa: Comandante Ramiro Correia, Militar de Abril.***

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

Sugere-se a visita ao blogue da ACR onde são publicados todos os comunicados e noticiadas as iniciativas da Associação.



Associação Conquistas da Revolução

Edição: Associação Conquistas da Revolução
Coordenação: Modesto Navarro Design: Ana Neves

E-mail: conquistasdarevolucao@gmail.com
www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

DEPÓSITO LEGAL 360191/13